

QUEM É O ESTUDANTE BRASILEIRO? UM ESTUDO SOBRE OS VALORES PRIORIZADOS PELOS UNIVERSITÁRIOS DE PSICOLOGIA. Melina Rodrigues Santos*, Nelson Pedro-Silva. – Psicologia – Psicologia – Departamento de Psicologia Evolutiva – Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Assis.

Parece-nos que há uma uniformidade de opiniões acerca do fato de que hoje estamos vivendo num mundo em crise, principalmente no campo moral e ético.

É nesse contexto que estudos psicológicos sobre a moral, conforme La Taille (1998), são necessários. A moralidade tem sido objeto de estudo de várias áreas do saber, como a sociologia. Contudo, a maioria das pesquisas se concentra na análise de condutas desviantes, por meio do estudo das *patologias sociais* e dos grupos minoritários; no estabelecimento de roteiros sobre maneiras de agir bem e na comparação de nossa cultura com a que existiu em outros momentos históricos.

Cremos que, ao lado deles, estudos sobre a moralidade do indivíduo podem contribuir para o entendimento do homem; aspecto freqüentemente escondido em certos reducionismos sociológicos, como o de que a criminalidade é devido ao fato de o indivíduo viver em condições desumanas. Segundo La Taille (1994, p.20), “não basta que a Sociologia explique a guerra; é também preciso explicar o guerreiro”. Tais estudos, além disto, podem contribuir para a construção de uma filosofia moral, já que eles estão articulados a uma concepção de homem que se deseja formar.

Assim, tais estudos podem ser de interesse para os educadores. Os conhecimentos produzidos sobre os valores priorizados pelos alunos poderão se configurar como ferramentas de reavaliação e de mudança da prática pedagógica, além de guia para o trabalho de formação moral, principalmente de alunos apáticos e indisciplinados. Tal saber pode servir ainda de *organizador prévio*, de tal modo que o trabalho educativo contribua para a produção de um aprendizado significativo, sobretudo no campo ético. Com isso, os educadores estarão buscando produzir conhecimentos que façam sentido para eles.

Isto posto, o presente estudo é igualmente importante por causa dos debates recentes acerca dos fatores diretores da moralidade humana. Psicologicamente, a moralidade foi inicialmente estudada por J. Piaget e enriquecida posteriormente por inúmeras pesquisas desenvolvidas por L. Kohlberg.

Piaget não se debruçou longamente no estudo da psicologia da moralidade humana, apesar de ter produzido três estudos empíricos a respeito do tema da moralidade (*O juízo moral da criança*, 1932/1994), e alguns ensaios sobre o tema da psicologia moral (Piaget, 1998). No 1º estudo, ele buscou compreender como as crianças jogavam e qual a consciência que tinham sobre os criadores das regras e o seu caráter de mudança. No segundo, buscou investigar como as crianças resolviam dilemas morais nas situações que envolviam o desajeitamento material, o furto e a mentira. Por fim, no terceiro, ele analisou a maneira como os pequenos faziam uso da justiça.

Tais estudos o levaram a concluir que assim como a cognição, a moral também se desenvolve qualitativamente. Resultado: as crianças pensam e praticam as regras morais de maneira diferente de outros pequenos localizados em momentos diversos do desenvolvimento. Basicamente, ele notou que, dependendo das relações sociais estabelecidas, elas podem construir uma moral da autonomia.

O importante a reter é que o citado pesquisador inferiu que a) os períodos do desenvolvimento moral são tendências, ao invés de cortes radicais que levariam os sujeitos a agirem, do ponto de vista moral, de maneira radicalmente diversa da anterior; b) o desenvolvimento moral, assim como o cognitivo, é apenas provável no sujeito, pois depende da maturação orgânica, da interação com os objetos físicos, da equilibração e da interação social; c) não é dependente da idade cronológica, porém o é da mental; d) não garante que o sujeito terá uma conduta moral correspondente ao seu nível de desenvolvimento, já que outras variáveis também são decisivas, como os valores priorizados por ele.

Kohlberg, ao contrário de Piaget, concentrou-se no estudo de aspectos da moralidade de adolescentes e adultos, por ter notado, mediante estudos empíricos, que “a psicogênese da moralidade infantil não estava concluída aos 12-13 anos, como imaginava Piaget” (Freitag, 1992, p. 197).

Tal conclusão o levou a reformular a teoria das fases e a elaborar um método de levantamento e de análise dos dados condizente com sua opção. Em consequência, realizou estudos com dilemas morais e elaborou nova tipologia acerca do desenvolvimento moral, dividida em níveis. O 1º nível (pré-convencional) caracteriza-se pela hegemonia do uso de juízos guiados pelo egoísmo. No seguinte (o

* **Bolsa:** CNPq/PIBIC.

convencional), os juízos passam a se pautar por regras impostas pela sociedade. No 3º (pós-convencional), os juízos são regidos por princípios, como o da dignidade humana.

Além disso, os estudos feitos por tais estudiosos permitiram verificar que a moral é dependente da relação que o sujeito estabelece com o meio social; está ligado ao cognitivo; processa-se por períodos que evidenciam mudanças qualitativas na forma de pensar e, nas fases mais avançadas, com possibilidade também na de agir e a moral não regride, embora possa estagnar-se, caso o meio não ofereça condições para o seu desenvolvimento.

Apesar da relevância destas contribuições, atualmente outros estudiosos têm questionado algumas conclusões a que eles chegaram e os fatores responsáveis pelos julgamentos.

Gilligan (1993), por exemplo, afirma que o olhar piagetiano e o kohlbergiano são “sexistas” quanto ao gênero. Por causa disso, ela defende a idéia de que a análise da moral muda quando se inclui o discurso feminino, pois evidencia a existência de duas éticas: a da *justiça* e a do *cuidado* (*care*).

Esta constatação levou os estudiosos da área à redefinição do objeto de estudo da Psicologia Moral.

É amparado nesse aspecto que Flanagan (1996) tece também críticas a essa visão deontológica da moralidade. Para ele, principalmente a visão kohlbergiana é limitada, pois se apóia na concepção que resume a moral a um conjunto de regras legisladoras das relações interpessoais; enfatiza o caráter racionalista da moral; o seu estudo unicamente sob o prisma dos deveres e das obrigações presentes nas relações interpessoais, ou a sua limitação à análise do tema da justiça.

Tais críticas acabaram por redimensionar o próprio objeto da moral, baseado, até então, apenas no outro, possibilitando a se voltar a pensá-la a moral numa perspectiva *eudemonista*, ou seja, tais questionamentos motivaram, segundo La Taille (1998) à “ampliação dos fatores psicológicos a serem levados em conta na moralidade humana e também da ampliação do leque de temas morais a serem estudados”. Uma das propostas foi a de estudar valores que as pessoas têm como excelências morais.

Em relação ao referencial teórico, utilizamos o de La Taille (2002), construído a partir dos estudos empíricos e das reflexões desenvolvidas por Piaget (1932/1994), Taylor (1994) e Flanagan (1996).

Como já dissertamos, a maioria das pesquisas sobre a psicologia da moralidade compartilha da definição de que ela se refere a um conjunto de regras e valores que tem por finalidade regular as relações entre as pessoas, visando à garantia da convivência. Sem ela, a rigor, não viveríamos em sociedade. Apesar de válida esta definição, compartilhamos das mesmas idéias de Taylor e Flanagan de que ela é incompleta. Para tais filósofos, a moral deve compreender, também, aspectos relacionados ao eu. Portanto, a concepção defendida no presente estudo a entende como relacionada a valores inter e intrapessoais. Isto não significa desconsiderar certo conjunto de valores como mais importantes do que outro, pois não há possibilidade para a existência dos valores interpessoais sem os coletivos. Logo, a crítica refere-se ao *reduccionismo* da moral ao campo das relações públicas, deixando de lado aspectos referentes à constituição de uma vida boa (mais afeitos à dimensão privada).

Há a influência de outras variáveis psicológicas que não só a racionalidade, até mais decisivas, na determinação das condutas morais. Pensamos que não basta a pessoa estar convencida de que determinada ação é incompatível com a confiança mútua para que não a execute. Basta, apenas, que uma pessoa autônoma passe a viver com indivíduos heterônomos para que aumente o grau de susceptibilidade à moral destes últimos. Esta é mais uma razão para o estudo de outros valores, muitos até não morais (porém, capazes de garantir a interação social), mas que para os seus praticantes tem esse caráter, regulando as relações intra e interpessoais. Por exemplo, ser fiel a um traficante é um ato condenável. Porém, para quem manteve o segredo é uma ação moral, pois garante a harmonia na sua comunidade (a favela). Tal concepção é equivocada, pois coloca valores privados acima dos públicos.

Aliados a isso, não se pode desprezar a força que tais valores têm na determinação da moral. Estudos realizados com o propósito de investigar variáveis psíquicas que influenciam a moralidade demonstraram que a imagem feita de nós mesmos se constitui num valor a ser mantido, pois é visto como uma *imagem positiva de si*. Segundo La Taille (2002), esse valor pode ser moral (por ex., justiça) ou não-moral (beleza). A presença de um ou de outro tipo de valor é capital para a construção de um indivíduo moral, pois se os valores morais forem centrais para o indivíduo, ele poderá sentir vergonha se cometer um ato desonesto. Agora se for periférico, esse sentimento só aparecerá quando ele não considerar-se inteligente ou não possuir o padrão de beleza almejado. Movimento igual é visto ainda interior da moralidade. O indivíduo pode priorizar alguns valores muito mais do que outros: “uma pessoa poderá associar sua personalidade a alguns traços morais (como coragem) e não a outros; ou mais a uns do que a outros” (La Taille, 1998, p.10).

Considerando tais premissas, defende-se a tese de que a moral não é só guiada por um princípio; são várias as virtudes e uma não domina as demais, mas se relacionam entre si; elas podem ser *intra* ou *interpessoais* e os valores privados não são, em si, virtuosos, pois dependem do conteúdo e do contexto em que são *postos à prova*.

Em resumo, a concepção de moral defendida neste estudo considera os valores privados e os públicos. Vê os privados como morais, desde que estejam subordinados aos públicos. São eles, em última análise, que possibilitam a existência social. Afinal, como ser feliz, sem a harmonia social, possível apenas se o outro não for usado como meio à satisfação de nossos interesses?

Dados estes aspectos, realizamos **estudo sobre os valores priorizados pelos universitários**, buscando saber quais são os valores priorizados por tais estudantes, qual é a natureza destes valores, isto é, os estudantes optam por valores morais (públicos), privados e/ou a ligados à glória e se tal opção é dependente de variáveis como sexo, idade, e nível de escolaridade?

Procuramos, ao responder tais questões, subsidiar a discussão sobre os princípios que dirigem a moralidade; analisar os valores tidos como morais; fornecer informes acerca da moralidade dos estudantes; preencher lacuna na literatura, pois são poucos os estudos existentes sobre os valores priorizados por tais sujeitos e os referentes à moral estão quase todos baseados na *justiça* e oferecer subsídios à construção de uma filosofia moral pautada no *que é* ou no que está sendo o povo brasileiro.

Quanto ao método, serviram como informantes 120 estudantes universitários de ambos os sexos, matriculados no primeiro e nos últimos anos (4º e 5º) de um curso de Psicologia público. Empregamos como instrumento para coleta de dados, um questionário aberto, contendo indagações relacionadas a características pessoais dos entrevistados, como idade, sexo e curso universitário. Além disso, questionamos os sujeitos sobre os aspectos mais valorizados neles próprios, nos seus amigos e nos seus familiares; a personalidade que desejaria ser e a personalidade dos meios eletrônicos e escritos com quem mais se identifica. Em relação ao procedimento para a coleta, contatamos os estudantes, a fim de pedir-lhes colaboração com a pesquisa; tendo os sujeitos concordados, entrevistamo-os individualmente e, por fim, agradecemos. Obtidas as informações, categorizamos as respostas e as submetemos à apreciação de juízes. Por fim, montamos tabelas tendo por base os objetivos do estudo.

No tocante aos resultados, cerca de 40% dos universitários desejaria ser uma personalidade religiosa ou humanitária (Jesus Cristo ou “Betinho”), por eles terem sido altruístas e solidários.

Acreditávamos que tais sujeitos eram os mesmos que apontaram atributos altruístas em si próprios. Porém, os dados evidenciaram o contrário: foi exatamente a maioria dos participantes que optou por valores de cunho privado e/ou ligados à glória a que manifestou argumentos altruístas. Como explicar? Acreditamos que isso tenha ocorrido em razão de os sujeitos que escolheram valores privados terem como ideal características mais voltadas para os próximos. É como se pensassem: “preocupo-me apenas comigo, mas gostaria de ter como meta a preocupação com as outras pessoas, principalmente para com os mais necessitados”. É evidente que não se pode desconsiderar que as pessoas mais valorizadas eram igualmente famosas. Por esse motivo, embora eles não tenham apresentado justificativas que corroborem a presente hipótese, pode-se pensar que também eles optaram por tais personalidades por elas gozarem de prestígio social; logo, um valor ligado à glória.

Sobre os sujeitos que apresentaram valores públicos, como atributo pessoal positivo, poucos desejariam ser uma personalidade religiosa ou humanitária. Esse aspecto pode ter ocorrido pelo fato de tais indivíduos estarem “cansados” de só se preocuparem com os próximos e, em consequência, terem como ideal a preocupação consigo. Igualmente eles podem ter apontado outras personalidades que – embora não religiosas – também dedicaram sua existência a ajudar os outros. Infelizmente, parece-nos que a 1ª hipótese faz mais sentido. Tanto os que desejariam ser uma personalidade artística ou uma outra (de “massa”, por exemplo), justificaram suas escolhas em valores privados e/ou ligados à glória.

Já os sujeitos que desejariam ser uma personalidade artística – também apontaram justificativas pautadas na inteligência e no nível cultural. Constatção: tanto os sujeitos que apresentaram como característica valores públicos quanto privados e/ou ligados à glória, eles primam por valores privados.

Quanto à opção por uma *personalidade de massa* (por ex., Ana Maria Braga), uma política e uma esportiva, as justificativas dadas também estão mais próximas de valores privados, como determinação, persistência e simpatia. Isso não significa que valores ligados à glória são desconsiderados, como aparência, status social e financeiro.

Não encontramos, em relação ao sexo, diferenças significativas entre os sujeitos masculinos (43,7%) e femininos (37,7%) que optaram por personalidades religiosas e/ou humanitárias. Esse

resultado é contrário aos estudos desenvolvidos por Gilligan (1993), que concluiu que os homens se pautam por uma *ética da justiça* e as mulheres por uma *do cuidado* (*care*). Resultados diferentes foram obtidos em relação aos sujeitos que optaram por uma personalidade artística. As diferenças no tocante aos participantes do 1º ano não são significativas. Todavia, em relação aos alunos do último ano, a diferença foi expressiva: 20,0% dos homens optaram por uma personalidade artística, enquanto 50,0% das mulheres fizeram essa escolha. Lamentavelmente apesar disso, não podemos fazer conjecturas a respeito, pois o número de participantes não nos permite inferir que os resultados obtidos em nosso estudo vão **ao** ou **de** encontro aos obtidos por Gilligan (1993). Igualmente, não nos permite inferir se as mudanças operadas no processo de socialização familiar e escolar, aliado à influência da mídia, estão levando à construção de personalidades iguais. Em outros termos, não é possível afirmar que os homens continuam no seu processo de educação estimulados a desenvolverem a racionalidade, enquanto as mulheres nutririam a sensibilidade; aspecto até então considerado indispensável para a educação das proles (tarefa esta, até recentemente, de total responsabilidade da mulher).

Em relação ao grau de escolaridade, não houve diferenças entre os participantes que optaram por uma personalidade religiosa e/ou humanitária (em ambos a porcentagem foi em torno de 40,0%). Esse aspecto evidencia que os anos a mais de estudos acadêmicos não influenciam na mudança da personalidade. Tal resultado é, sob certas condições, demonstrativo de que a Universidade não está contribuindo para a mudança do tipo de personalidade que desejariam ser; quando o esperado seria exatamente o contrário. Afinal, o contato com estudos e com a vida acadêmica deveria levá-los a diminuir a crença em determinados tipos de personalidade, sobretudo, as religiosas, pois elas se legitimam em argumentos metafísicos. Resultados semelhantes também foram os obtidos em relação à escolha da personalidade artística. Mais de 40,0% dos sujeitos que ingressaram tendo como desejo ser uma personalidade artística, chegam ao final do curso com o mesmo tipo de demanda. Esse aspecto reforça, mais uma vez, a tese apresentada: o curso não está influenciando na mudança do ideal desejado pelos alunos. Ele até pode estar tentando! No entanto, como diz Piaget (1964), os estímulos apresentados nos meios acadêmicos não estão se transformando em fatos significativos. Com isso, os sujeitos não entram em desequilíbrio e, conseqüentemente, não ativam os mecanismos de assimilação e de acomodação visando à construção de um novo estado de *equilíbrio*. Análise semelhante pode ser feita a partir da psicanálise: a interação do sujeito com o meio não o está levando a uma situação de tensão, a ponto de o indivíduo buscar suprimi-la e, em decorrência, relacionar-se diferentemente com a realidade. Mais ainda: pode-se julgar que a mídia está exercendo papel de destaque na manutenção da personalidade desejada, pois ela transmite valores religiosos e atinentes ao mundo artístico.

Concluimos, então, que os estudantes optam sobremaneira por personagens que representam ideais artísticos e religiosos e/ou humanitários; não há diferença quanto ao gênero na escolha do personagem idealizado, fato que não corrobora a tese de Gilligan (1993) acerca das diferenças de gênero; os estudantes não mudam de personagem idealizado em função do curso acadêmico que frequentam. Esse aspecto nos leva a inferir que a universidade está se mostrando ineficiente nas mudanças dos valores dos alunos. Quando conseguem alguma transformação jamais é voltada para a dimensão pública. De qualquer maneira (mesmo individualistas), uma parcela considerável (um terço dos sujeitos) admira e gostaria de ser uma personalidade que prioriza valores públicos. Apesar disso, consideramos urgente que a Universidade reflita sobre o seu papel: formar reprodutores do *status quo* vigente ou auxiliar na formação de intelectuais comprometidos com a transformação social? A Universidade deve auxiliar a formação de futuros sonhadores com um mundo diferente do atual ou ser centros de produção de malandros para viver numa sociedade em que a ausência de valores públicos parece ser a regra?

Referências bibliográficas

- FLANAGAN, O. *Psychologie morale et éthique*. Paris: Puf, 1996.
- FREITAG, B. *Itinerários de Antígona*. Campinas, SP: Papirus, 1992.
- GILLIGAN, C. *Uma voz diferente*. Ed. Rosa dos Tempos, 1993.
- LA TAILLE, Y de. Prefácio. In: PIAGET, J. *O juízo moral na criança*. SP: Summus, 1994. p. 7-20.
- _____. Vergonha, a ferida moral. Petrópolis (RJ), 2002.
- _____. Prefácio. In: PUIG, J. M. *A construção da personalidade moral*. SP: Ática, 1998. p. 7-17.
- PIAGET, J. (1932). *O juízo moral na criança*. São Paulo: Summus, 1994.
- _____. *Seis estudos de psicologia*. Rio de Janeiro: Forense, 1964.
- _____. *Sobre a pedagogia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998. 262p.
- TAYLOR, C. *As fontes do self: a construção da identidade moderna*. SP: Ed. Loyola, 1994.